



POLÍTICA DE PRIVACIDADE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A Lei 13709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece como fundamento o respeito à privacidade. Desse modo, a presente Política de Privacidade (“Política”) tem o propósito de comunicar de forma simples quais tipos de dados pessoais serão coletados, quando, de que forma e para quais finalidades serão utilizados. Demonstra-se que a privacidade de todos os integrantes da nossa comunidade à qual servimos, como estudantes, servidores, funcionários terceirizados e cidadãos (“você”, “titular”), é importante para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (“UFPR”) e, por esta razão, empenhamos os maiores esforços para proteger os dados pessoais que tratamos.

A Política se aplica a quaisquer atividades da UFPR, conseqüentemente, compreendem todas as suas atuações, sejam elas acadêmicas, como Ensino, Pesquisa e Extensão, ou administrativas.

Dados pessoais são considerados quaisquer dados relacionados a uma pessoa natural identificada ou identificável, dados de localização ou identificadores eletrônicos, sempre que estiverem relacionados a uma pessoa, ou seja, qualquer informação pessoal que possa identificar o seu titular.

1. Das Informações Gerais

1.1. Dos dados da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/ME sob nº 75.095.679/0001-49 com sede na Rua XV de Novembro, 1299, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80.060-000, doravante simplesmente “UFPR”.

1.2. Do Encarregado de Proteção de Dados Pessoais

Em consonância com o Art. 41 da LGPD, o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO) na UFPR foi nomeado pela Portaria 549/reitoria, de 22/07/21:

Prof. Luis Fernando Lopes Pereira – Telefones (41) 3310-2610 ou 3310-2611
sic@ufpr.br

Prédio Histórico – Praça Santos Andrade, 50
Andar Térreo (Acesso pela Rua XV de Novembro)
Curitiba – PR – CEP 80020-300

1.3. Dos termos e definições



- i. **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** agência reguladora da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- ii. **Cookies:** Um pequeno arquivo que é salvo no computador das pessoas para ajudar a armazenar as preferências e outras informações usadas nas páginas da Web que elas visitam.
- iii. **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. À luz da LGPD, o controlador é a UFPR.
- iv. **Dado pessoal:** É qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- v. **Dado pessoal sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- vi. **Encarregado de Proteção de Dados Pessoais:** Pessoa indicada pela UFPR para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Ver item 1.2.
- vii. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** é a lei que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que (i) a operação de tratamento seja realizada no território nacional; (ii) a atividade de tratamento que tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.
- viii. **Operação de dados pessoais:** o mesmo que tratamento de dados pessoais, toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- ix. **Operadores:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. No caso da UFPR, são as fundações de apoio – FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná) e FUPEF (Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná), o Complexo Hospital de Clínicas e empresas terceirizadas que nos prestam serviços.



- x. **Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC):** documento no qual a UFPR assume o compromisso com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob sua guarda/custódia, devendo ser cumprida por todos os seus colaboradores e operadores. Seu propósito é estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela UFPR e os operadores no que diz respeito à adoção de procedimentos e mecanismos relacionados à segurança da informação.
- xi. **Titular/ titular dos dados:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

2. Dos dados coletados

Os dados que tratados pela UFPR são utilizados unicamente para atendimento à comunidade, para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, para execução, acompanhamento ou monitoramento de políticas públicas, ou ainda para fins de pesquisa interna. Os dados poderão ser compartilhados com terceiros sempre com a base legal, de acordo com a LGPD e poderão ser anonimizados sempre que possível.

2.1. Da categorização dos titulares

- i. **Alunos**, seja em cursos de ensino médio, pós-médio, graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, residência médica e multiprofissional ou de extensão;
- ii. **Servidores** docentes e técnico-administrativos, ativos ou aposentados;
- iii. **Terceiros**, que podem envolver terceirizados contratados, estagiários, conselheiros externos, ou qualquer cidadão da comunidade externa em geral;



2.2. Dos dados tratados

Os dados são coletados através de formulários específicos para cada finalidade, em websites ou formulários físicos, e servirão para finalidades específicas, em consonância com a LGPD e demais bases legais necessárias, conforme descrito na tabela a seguir.

Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
Dados Pessoais	Cadastrais e Acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> - Nome completo; - Documentos de identificação: RG, CPF, CTPS, CNPJ (MEI), Passaporte, PIS, título de eleitor, certificado militar, registro profissional de classe; - Sexo; - Estado civil; - Filiação; - Dependentes; - Nacionalidade; - Naturalidade; - Data, município e UF de nascimento; - País de origem; - Grau de instrução; - Tipo de escola que 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos; - Servidores; - Terceiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir sua missão educacional; - Cumprir obrigação legal, compartilhando autoridades e órgãos governamentais, quando requisitado e necessário; - Envio de atualizações, comunicados institucionais e/ou acadêmicas; - Histórico escolar e acervo acadêmico; - Emissão de declarações acadêmicas, Certidões, Histórico Escolar, Ementa, Diploma, Certificado e Certidões; Censo Universitário; Enade – Exame Nacional de Desempenho dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Art. 7º, inciso II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; - Art. 7º, inciso III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei; - Art. 7º, inciso IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; - Art. 7º, inciso V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
		cursou o Ensino Médio; - Endereço, e-mail e telefone; - Diplomas e certificados; - Foto ou imagem pessoal - Instrumentos avaliativos; - Histórico escolar; - Currículo Lattes;		Estudantes; - Produção de carteiras de estudantes, crachá de servidores ou registros funcionais; - Identificação para acesso a Restaurantes Universitários;	preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; - Art. 7º, inciso IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
	Dados de Gestão de Segurança da Informação	- Endereço IP; - Acessos; - Login;	- Alunos; - Servidores; - Terceiros	- Gestão e proteção da segurança da informação; - Cumprimento de mandados judiciais;	- Art. 7º, inciso II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; - Marco civil da internet
	Financeiros	- Nome/número do banco; - Número de conta corrente/poupança; - Número da agência bancária; - Salário/remuneração;	- Alunos; - Servidores; - Terceiros	- Pagamento de salário, remuneração ou bolsas; - Cumprimento de obrigações legais relativas à Lei da Transparência, quando couber; - Cumprimento da legislação trabalhista,	- Art. 7º, inciso II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; - Art. 7º, inciso III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
		<ul style="list-style-type: none"> - Declaração de bens e renda; - Estágio externo à UFPR, remunerado ou não; - Ocupação profissional; - Recebimento de auxílios e bolsas dentro da instituição ou no âmbito de programas de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal; - Declaração financeiro de plano de saúde de titular e dependentes; 		<p>tributária e previdenciária. Ainda normativa pertinente aos deveres de fiscalização de retenção de tributos de natureza fiscal e previdenciária.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prestação de contas do auxílio per capita; 	<p>regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Art. 7º, inciso IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; - Art. 7º, inciso V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; - Art. 7º, inciso IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; - Lei 8112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					autarquias e das fundações públicas federais.
Dados Pessoais Sensíveis	Cadastrais	<ul style="list-style-type: none"> - Nome social; - Gênero; - Orientação sexual; - Cor/raça; - Tipo de deficiência; - Afiliação em sindicatos ou partidos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos; - Servidores; 	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir, monitorar e planejar a execução de políticas públicas; - Lançamentos de descontos sindicais em folha de pagamento; - Afastamento de servidor para exercício de mandato sindical, político ou participação em eleições; 	<ul style="list-style-type: none"> - Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: - Art. 11, inciso II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para <ul style="list-style-type: none"> :a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; - Os princípios fundamentais da Constituição Federal (1988), postos em seu Art.3, que prima pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que promove o



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					<p>bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, reduzindo as desigualdades sociais e regionais;</p> <ul style="list-style-type: none">- A Lei nº 9.394/1996, que ao tratar do princípios da educação em seu Art. 3, adverte que o ensino deve considerar da diversidade étnico-racial (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) e a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018);- A Resolução nº 37/2004-COUN, que alterada pelas Resoluções nº 41/04-COUN e 17/07-COUN, que estabelece e aprova o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná;- A Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					<p>Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências;</p> <ul style="list-style-type: none">- A Resolução 70/2008, que rege sobre o aprimoramento das políticas de ingresso e de permanência de pessoas com deficiências na Universidade Federal do Paraná;- A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2008;- A Lei nº 12.288/2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					<p>difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica</p> <ul style="list-style-type: none">- A Lei Federal nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;- A Lei nº 13005/2014 – PNE, que em seu Art. 8º aponta para diretrizes metas e estratégias que considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural e garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;- A Lei nº 13.146/2015 – Lei



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					<p>Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que em seu Art. 3º aponta em seu Inciso III, a necessidade de garantir a tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;</p> <ul style="list-style-type: none">- A Lei nº 13.409/2016, que dispõe o ingresso sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino;- A Lei nº 13.445/2017, que trata da Lei de Migrações no Brasil;- A Resolução nº 33/17-COPLAD, que cria a Superintendência de



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					<p>Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná e a aprovação por unanimidade do Processo: 042641/2019-81 que trata da Proposta do Regimento da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade adaptado ao SIORG, conforme consta na Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Planejamento e Administração da 2ª Universidade Federal do Paraná realizada em 28 de junho de 2019;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017–2021, da Universidade Federal do Paraná. - Lei 8112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. - Decreto 8727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
					reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - CIDs; - Exames; - Prontuário Médico; - Atestados médicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos e dependentes; - Servidores e dependentes; - Comunidade em geral; 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos programas de Saúde do Servidor; - Atendimento a alunos e familiares de servidores pelos programas da PROGEPE/UCSS; - Atendimento psicossocial a alunos; - Justificar ausências no sistema de frequência de servidores; - Exame admissional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Art. 11, inciso II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: <ul style="list-style-type: none"> a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; - Art. 17, Lei nº 7.923/1989; - Decreto 67326/1970, que institui o SIPEC; - Os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional 2017–2021, da Universidade Federal do Paraná.



Tipo de Dados		Dados Tratados	Aplicável a	Finalidade	Bases Legais
	Biométricos	- Imagem e voz através de aulas e atividades didáticas ¹ ou administrativas realizadas através de forma remota ² ;	- Alunos; - Servidores; - Terceiros	- Interação aluno/professor através de AVA's; - Disponibilização de conteúdo ministrado pelo docente em disciplinas remotas ou semi-presenciais; - Realização de bancas, palestras, workshops, <i>live streaming</i> , etc.;	- Art. 11, inciso II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
		- Imagem gravada através de câmeras de segurança;	- Alunos; - Servidores; - Terceiros	- Garantir a segurança de patrimônio público, estudantes, docentes e público em geral;	- Art. 11, inciso II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; - Art. 4, III, 'a' e 'd' – segurança pública e/ou atividades de investigação e repressão de infrações penais;

¹ Para aulas e atividades didáticas, acesse o Guia de Boas Práticas em <https://lqpd.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2021/07/guia-de-boa-praticas.pdf>



² Aulas presenciais somente poderão ser gravadas mediante consentimento explícito dos envolvidos, segundo RN 04/19-COUN, Art. 3º.



2.3. Atualização e veracidade dos dados

- i. O titular e/ou seus responsáveis legais são os responsáveis pela atualização, exatidão e veracidade dos dados que informarem à UFPR.
- ii. Caso sejam identificados erros de informações cadastradas, a UFPR solicitará ao Titular esclarecimentos e/ou correções;
- iii. A UFPR não se responsabiliza por dados desatualizados em suas bases de dados, bem como pelo uso, pelo titular, dos ambientes da UFPR para quaisquer fins ilegais, ilícitos ou contrários à moralidade.

2.4. Base de Dados

- i. O Titular dos dados declara estar ciente de que a base de dados formada por meio da coleta de dados nos sistemas da UFPR é de propriedade e de responsabilidade da UFPR e o seu uso será feito dentro das limitações desta Política e demais normas vigentes.
- ii. A UFPR não irá vender, alugar ou emprestar os dados pessoais dos Titulares.
- iii. A UFPR compartilha ou transfere dados dos titulares apenas nas hipóteses previstas nos itens 3.1 e 3.2.
- iv. A UFPR e os operadores de dados pessoais que atuam em seu nome determinam que somente os empregados, servidores, estagiários e bolsistas devidamente autorizados terão acesso aos dados pessoais coletados e sempre respeitando os princípios de proteção e privacidade de dados, além da formalização de um compromisso de confidencialidade nos termos desta Política de Privacidade.

2.5. Cookies

A UFPR utiliza *cookies* de sessão para validação de acesso aos seus sistemas internos. Ao navegar pelos nossos *websites*, poderá haver uso de *cookies* de sessão, persistentes, de login e de comentários. Quando utilizados, será exibido um aviso ao usuário ao navegar pelo site.

Além dos *cookies* de sessão a UFPR pode, em determinados sites ou serviços, utilizar mecanismos de *trackers* para a análise de público onde será permitido ao usuário o aceite ou não do mesmo durante a navegação.

3. Do Compartilhamento de dados

3.1. Dados Compartilhados com Terceiros

Os dados que coletamos podem ser compartilhados com entidades terceiras quando necessário, e limitados estritamente aos dados suficientes para atendimento das seguintes hipóteses:



Compartilhado com	Tipo de Titular	Finalidade	Base Legal
Órgãos governamentais e de controle, autarquias	Alunos Servidores Terceirizados	Cumprimento de determinações ou obrigações legais, requerimentos ou requisições de órgãos governamentais ou ordens judiciais, fiscalização de conselhos profissionais;	Art. 7, incisos: - II: para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; - III: pela administração pública, para o tratamento e uso
Complexo Hospital de Clínicas	Servidores	Cumprimento de obrigações legais e tratativas relacionadas a vínculo funcional;	compartilhado de dados necessários à execução de
Fundações de Apoio	Alunos Servidores	Quando da participação do titular em convênios, para pagamento de bolsas e prestação de contas	políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou
Prestadores de serviço	Alunos Servidores Terceirizados	Atendimento à prestação de serviços necessários para ferramentas de trabalho ou execução de atividades acadêmicas, como servidores de e-mail, aplicativos de terceiros, armazenamento de arquivos, etc;	respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;
Comunidade acadêmica interna ou externa	Alunos Servidores	Disponibilização de aulas gravadas com intuito exclusivamente educacional;	- Art. 11, inciso II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável

			para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
Universidades nacionais	Alunos	Mobilidade acadêmica	Art. 7, - III: pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;



3.2. Transferência Internacional

A Agência Internacional da UFPR compartilhará os dados do histórico escolar e de identificação do passaporte dos alunos que optarem por um dos programas vigentes de mobilidade, com a instituição acadêmica selecionada, com aquelas em que a UFPR possuir acordos vigentes.

Poderão ser compartilhados bancos de dados de pesquisa com universidades, agências de pesquisa ou semelhantes, sempre de maneira anonimizada.

Para atendimento à prestação de serviços necessários para ferramentas de trabalho ou execução de atividades acadêmicas, poderão ser contratadas empresas estrangeiras, ou empresas nacionais que farão uso de serviços estrangeiros para armazenamento de dados. Nestes casos, os operadores contratados respeitarão as políticas de proteção de dados definidas pela UFPR.

4. Do Prazo e da Forma de Armazenamento

- i. Os dados serão armazenados para viabilidade dos serviços prestados pela UFPR, garantia dos direitos e cumprimento da Legislação Educacional, às atividades acadêmicas de acordo com os prazos de preservação documental estabelecidos pelo Ministério da Educação (Portaria MEC 1224/2013);
- ii. Os dados digitais coletados serão armazenados em servidores de banco de dados geridos pela UFPR, utilizando as melhores práticas e tecnologias de segurança da informação aplicáveis;
- iii. Os documentos físicos deverão ser armazenados em meios que garantam a proteção e restrição de acesso, sendo estas de responsabilidade da unidade que realiza a atividade de tratamento correspondente a tais documentos.
- iv. Os dados de *cookies* de que trata o item 2.5 serão armazenados por até 6 meses do último acesso, conforme o Art. 15 do Marco Civil da Internet.

5. Dos Direitos dos Titulares

5.1. Quais são seus direitos

Os titulares têm direito à requisição gratuita de atendimento para:

- i. Confirmar a existência de tratamento dos seus dados;
- ii. Acessar os seus dados;
- iii. Corrigir os seus dados que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- v. Portabilidade dos seus dados, mediante requisição expressa;



- vi. Eliminação dos seus dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses previstas na LGPD;
- vii. Informação das entidades públicas e privadas com as quais a UFPR realizou uso compartilhado dos seus dados;
- viii. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- ix. Revogação do consentimento, nos termos do art. 8º, § 5º, da LGPD.

5.2. Como você pode exercer seus direitos

Para o público interno, a confirmação de existência de maneira simplificada pode ser obtida através de opção específica em nossos sistemas internos.

Para público externo, ou para uma declaração completa e outras solicitações, elas poderão ser feitas através da plataforma FalaBR, criando uma solicitação para a UFPR com o assunto “Dados Pessoais – LGPD”, ou entrar diretamente em contato com o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC:

Site: <http://www.sic.ufpr.br/portal/>

Endereço: Praça Santos Andrade, 50 - Prédio Histórico da UFPR – Térreo - CEP 80020-300 | Centro | Curitiba | PR | Brasil.

Fones: (41) 3310-2610/3310-2611.

O prazo de atendimento é de até 15 dias após o recebimento do pedido.

6. Da Segurança e da Proteção de seus Dados

A segurança de suas informações pessoais é importante para a UFPR. A UFPR adota os padrões de boas práticas para a proteção dos dados pessoais descritos em nossa Política de Segurança de Informação (PSI), em todo o ciclo de tratamento desses dados.

- i. A UFPR não irá comercializar, alugar, ceder, ou emprestar os dados pessoais dos Titulares.
- ii. A UFPR emprega as medidas apropriadas para proteger os dados pessoais contra riscos e ameaças à segurança da informação, como perda, uso indevido e acesso não autorizado, divulgação, alteração e destruição, levando em consideração os riscos envolvidos no processamento e a natureza dos dados pessoais;
- iii. O Titular também é responsável pela proteção de seus dados, ficando atento a golpes, não compartilhando senhas pessoais, e tomando os devidos cuidados para manter seu computador pessoal e contas digitais seguros.

7. Da atuação perante a ANPD



- i. A UFPR atuará sob as diretrizes com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados para promover a proteção de dados pessoais nos limites da legislação vigente.
- ii. A UFPR revisará suas diretrizes e procedimentos sempre que a ANPD exigir.
- iii. Todas as solicitações e/ou questionamentos da ANPD serão prontamente respondidas pelo Encarregado de dados.
- iv. Sempre que a ANPD solicitar a instauração de procedimento para averiguar qualquer situação envolvendo dados pessoais, como, mas não se limitando, ao descumprimento da LGPD, o Encarregado contará com o suporte do Comitê de Segurança da Informação.
- v. Caberá somente ao Encarregado manter contato com a ANPD.

8. Disposições Gerais

- i. A UFPR não utiliza qualquer tecnologia que infrinja qualquer legislação vigente ou esta Política, além de ter o objetivo de proteger os dados pessoais e garantir a privacidade dos Titulares.
- ii. O Titular declara estar ciente de que a UFPR possui o direito de alterar o teor desta Política a qualquer momento, conforme a finalidade ou necessidade, como a adequação e a contínua conformidade à disposição de lei ou norma que tenha força jurídica equivalente. Cabe ao Titular verificar o conteúdo desta Política sempre que acessar o *website* da UFPR.
- iii. Caso a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou uma decisão judicial repute que qualquer uma das disposições desta Política seja inadequada, inapropriada ou contrária a legislação vigente, as demais condições manterão vigência e pleno efeito.

9. Da Lei aplicável e foro

A presente Política de Privacidade será regida e interpretada segundo a legislação brasileira, no idioma português, sendo eleito o Foro da Comarca de domicílio do Titular para dirimir qualquer litígio ou controvérsia envolvendo o presente documento, salvo ressalva específica de competência pessoal, territorial ou funcional pela legislação aplicável.

Caso o Titular não possua domicílio no Brasil, será submetido à legislação brasileira, concordando, portanto, que em havendo litígio a ser solucionado, a ação deverá ser proposta no Foro da Cidade de Curitiba, estado do Paraná.